

## MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA E PISCAS E DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL

### Despacho

Os Ministérios da Agricultura e Pescas e da Administração Estatal, através das Direcções Nacionais de Geografia e Cadastro (DINAGECA) e da Administração Local (DNAL), respectivamente, executam acções no âmbito da organização e recolha de dados sobre os nomes geográficos.

A DNAL tem a responsabilidade de organizar, planificar e acompanhar a execução de pesquisas toponímicas a decorrerem em Moçambique, enquanto que a DINAGECA assegura o registo toponímico e a elaboração e publicação do Dicionário Geográfico de Moçambique.

Sendo a atribuição de nomes geográficos uma actividade complexa, a Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Regional, Administração Pública e Poder Local da Assembleia da República, no âmbito da aplicação das recomendações da Resolução I/4 da Primeira Conferência de Peritos da Organização das Nações Unidas sobre a standardização de nomes geográficos, contactou o Governo no sentido da criação de um órgão que zele por esta matéria.

Considerando a necessidade da elaboração de uma proposta de criação do referido órgão, os Ministros da Agricultura e Pescas e da Administração Estatal determinam que seja formada uma equipa de trabalho com a seguinte composição:

José Manuel Elija Guambe — D. N. da DNAL (Coordenação).

Tomás Bernardino — D. N. da DINAGECA (Coordenação).

Alexandre Uisse Chidimatembue — DINAGECA.

Luís Abrahamo — DINAGECA.

Monteiro António Cumaio — DNAL.

José Laurindo Perengue — DNAL.

Maputo, 3 de Junho de 1999. — O Ministro da Agricultura e Pescas, *Carlos Agostinho do Rosário*. — O Ministro da Administração Estatal, *Afredo Maria de São Bernardo Cepeda Gamito*.

## MINISTÉRIO PARA A COORDENAÇÃO DA ACÇÃO AMBIENTAL

### Diploma Ministerial n.º 91/99

de 25 de Agosto

Com aprovação do Estatuto Orgânico do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, torna-se necessário estabelecer e definir em Estatuto Orgânico específico, as funções e competências gerais bem como os princípios de funcionamento e organização das Direcções Provinciais para a Coordenação da Acção Ambiental.

Nestes termos, depois de aprovado pela Comissão de Administração Estatal, ao abrigo do artigo 3 do Decreto n.º 3/85, de 22 de Maio, o Ministro para a Coordenação da Acção Ambiental determina:

Artigo 1. É publicado o Estatuto Orgânico-Tipo das Direcções Provinciais para a Coordenação da Acção Ambiental.

Art. 2. Este Estatuto entra imediatamente em vigor.

Ministério para Coordenação da Acção Ambiental, em Maputo, 30 de Novembro de 1996. — O Ministro para a Coordenação da Acção Ambiental, *Bernardo Pedro Ferraz*.

## Estatuto-Tipo das Direcções Provinciais para a Coordenação da Acção Ambiental

### CAPÍTULO I

#### Disposições gerais

##### ARTIGO 1

##### Funções

As Direcções Provinciais para a Coordenação da Acção Ambiental são órgãos locais do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental que têm como funções fundamentais a direcção, planificação e coordenação das áreas definidas no Decreto Presidencial n.º 6/95, de 29 de Novembro, que tenham aplicação a nível das províncias de acordo com o desenvolvimento económico.

##### ARTIGO 2

##### Direcção

As Direcções Provinciais para a Coordenação da Acção Ambiental são dirigidas por directores provinciais e directores provinciais adjuntos nomeados pelo Ministro para a Coordenação da Acção Ambiental.

##### ARTIGO 3

##### Subordinação

As Direcções Provinciais para a Coordenação da Acção Ambiental estão subordinadas aos órgãos abaixo mencionados, a quem prestam contas das suas actividades:

- A nível central, ao Ministro para a Coordenação da Acção Ambiental;
- A nível local, aos Governadores Provinciais.

##### ARTIGO 4

##### Áreas de actividade

Para a realização dos seus objectivos e funções, as Direcções Provinciais para a Coordenação da Acção Ambiental organizam-se de acordo com as seguintes áreas de actividades:

- Coordenação inter-sectorial;
- Planeamento Territorial e Gestão dos Recursos Naturais;
- Educação e Divulgação Ambiental;
- Fiscalização das actividades de Gestão dos Recursos Naturais.

### CAPÍTULO II

#### Estruturação e funções

##### ARTIGO 5

##### Estruturação

As Direcções Provinciais para a Coordenação da Acção Ambiental têm a seguinte estrutura:

- Departamento de Gestão Ambiental;
- Departamento de Educação Ambiental e Género;
- Departamento de Planeamento Territorial;
- Inspeção Ambiental;
- Departamento de Administração e Finanças;
- Repartição de Recursos Humanos.

##### ARTIGO 6

##### Departamento de Gestão Ambiental

São funções do Departamento de Gestão Ambiental:

- Promover o uso correcto dos recursos naturais ao nível da província;

- b) Assegurar a gestão dos recursos naturais de acordo com os princípios de desenvolvimento sustentável;
- c) Organizar um banco de dados provinciais nas seguintes áreas: solos, florestas, fauna bravia, queimadas, poluição resultante das actividades industriais, extracção mineral, produção agrícola e pesqueira;
- d) Velar pela manutenção e qualidade do ambiente urbano;
- e) Preparar e implementar programas com vista ao saneamento do meio;
- f) Fazer análise crítica dos projectos que, de acordo com o Regulamento sobre Avaliação do Impacto Ambiental (AIA), careçam da AIA e garantir a sua realização;
- g) Liderar e promover o processo da AIA a nível provincial;
- h) Efectuar visitas de auditoria ambiental e projectos do seu âmbito.

**ARTIGO 7****Departamento de Planeamento Territorial**

São funções do Departamento de Planeamento Territorial:

- a) Promover a execução nas províncias de acções no âmbito de Planeamento Regional, do Planeamento e Gestão Urbano;
- b) Assessorar os Conselhos Municipais, Governo Provincial e Governos Distritais em matéria de planeamento e ordenamento do território;
- c) Promover a preparação e execução de planos de uso da terra, a nível provincial e distrital;
- d) Promover o zoneamento ecológico onde for necessário.

**ARTIGO 8****Departamento de Educação Ambiental e Género**

São funções do Departamento de Educação Ambiental e Género:

- a) Realizar programas de divulgação ambiental a nível provincial utilizando os meios de comunicação social bem como as línguas locais;
- b) Promover o debate através da realização de seminários, jornadas ambientais, exposições em escolas, centros de trabalho e outros lugares sobre a temática ambiental;
- c) Promover material escrito, audio-visual e outro sobre a temática ambiental de nível local;
- d) Promover o surgimento de associações locais de defesa e protecção do ambiente;
- e) Promover o equilíbrio do género nos projectos e programas de gestão e planeamento dos recursos naturais;
- f) Realizar acções-piloto e demonstrativas na área do género;
- g) Estabelecer uma biblioteca técnica ao nível provincial sobre questões do ambiente e género.

**ARTIGO 9****Inspecção Ambiental**

São funções da Inspecção Ambiental:

- a) Fiscalizar o cumprimento dos diplomas legais relativos à área de gestão dos recursos naturais e planeamento territorial;

- b) Realizar ou colaborar na realização de processos de inquérito de natureza técnica ao nível provincial.

**ARTIGO 10****Departamento de Administração e Finanças**

São funções do Departamento da Administração e Finanças:

- a) Elaborar, executar e controlar os orçamentos de funcionamento e investimento locais, bem como as respectivas normas de despesas de gestão;
- b) Zelar pela aplicação rigorosa da regulamentação sobre a utilização dos bens do Estado afectos localmente;
- c) Propor e realizar abates de imóveis e utensílios do Ministério considerados incapazes para o serviço do Estado, em coordenação com os serviços competentes do Ministério do Plano e Finanças a nível local;
- d) Assegurar a observância das normas relativas às aquisições, inventários, manutenção, uso e controlo dos bens materiais afectos a Direcção;
- e) Orientar técnica e normativamente os órgãos distritais em matérias de gestão dos bens patrimoniais sob a sua responsabilidade;
- f) Zelar pela observância das normas relativas ao acesso e circulação das pessoas na Direcção, bem como os procedimentos de circulação de expediente geral, no quadro da regulamentação legal vigente.

**ARTIGO 11****Repartição de Recursos Humanos**

São funções da Repartição de Recursos Humanos:

- a) Dirigir, coordenar e controlar a gestão e administração do pessoal da Direcção Provincial, de acordo com directrizes e normas do Estatuto Geral dos Funcionários do Estado, diplomas e despachos do Ministério;
- b) Planificar e controlar as actividades de gestão e administração do pessoal da Direcção Provincial;
- c) Orientar técnica e normativamente os órgãos subordinados em matéria de gestão e administração do pessoal;
- d) Garantir a realização de avaliação do desempenho do pessoal da Direcção Provincial;
- e) Garantir a implementação correcta dos dispositivos consignados no Estatuto Geral dos Funcionários do Estado e da respectiva legislação complementar;
- f) Coordenar e controlar as acções no âmbito da assistência social aos trabalhadores da Direcção Provincial;
- g) Aplicar normas para avaliação, selecção e afectação da força de trabalho da Direcção Provincial.

**ARTIGO 12****Conselho Consultivo**

1. O Conselho Consultivo é um colectivo dirigido pelo Director Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental, que tem como funções analisar e dar parecer sobre questões fundamentais da actividade da Direcção Provincial, designadamente:

- a) Estudar as decisões do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental e do Governo Pro-

vincial relacionadas com a actividade da DPCA com vista à sua correcta implementação;

- b) Analisar e dar parecer sobre as actividades de preparação, execução e controlo do plano e dos Programas da DPCA;
  - c) Efectuar o balanço das actividades desenvolvidas pela DPCA;
  - d) Apreçar a proposta do plano e orçamento da DPCA;
  - e) Apreçar o relatório anual da DPCA.
2. O Conselho Consultivo tem a seguinte composição:
- a) Director Provincial;
  - b) Director Provincial-Adjunto;
  - c) Chefes de Departamento;
  - d) Inspector.

Em caso de necessidade o Director Provincial poderá convidar outros quadros para participarem no Conselho Consultivo.

3. O Conselho Consultivo reúne-se uma vez por semana e extraordinariamente sempre que convocado pelo Director Provincial.

#### ARTIGO 13

##### Conselho Coordenador

1. O Conselho Coordenador é um colectivo dirigido pelo Director Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental, através do qual este coordena, planifica e controla a acção conjunta de todos órgãos e estruturas da Direcção Provincial.

2. O Conselho Coordenador tem a seguinte composição:

- a) Director Provincial;
- b) Director Provincial-Adjunto;
- c) Chefes de Departamento;
- d) Inspector;
- e) Chefes de Repartição;
- f) Representantes distritais do DPCA e dos Conselhos Municipais de Cidades.

Em caso de necessidade, o Director Provincial poderá convidar outros quadros para participarem no Conselho Coordenador.

3. O Conselho Coordenador reúne-se uma vez por ano.

#### ARTIGO 14

##### Representação nos distritos

A nível distrital o sector de coordenação da Acção Ambiental será organizado em Direcções ou serviços distritais, cujas competências e funcionamento serão definidos em estatuto próprio.

#### CAPÍTULO III

##### Outras disposições

#### ARTIGO 15

Compete ao Director Provincial elaborar o regulamento interno da Direcção Provincial, a ser aprovado pelo Ministro para a Coordenação da Acção Ambiental.

#### ARTIGO 16

O Director Provincial e Director Provincial-Adjunto são nomeados em regime de comissão de serviço pelo Ministro para a Coordenação da Acção Ambiental, ouvido o Governador Provincial. Ambos têm dupla subordinação, ao Ministro e ao Governador Provincial.

#### ARTIGO 17

Os Chefes de Departamento e o Inspector, são nomeados em regime de comissão de serviço, pelo Governador Provincial sob proposta do Director Provincial.

Aprovado pela Comissão de Administração Estatal.

Maputo, 28 de Novembro de 1996. — O Ministro da Administração Estatal, *Afredo Maria de São Bernardo Cepeda Gamito*. — O Ministro do Plano e Finanças, *Tomaz Augusto Salomão*. — O Ministro da Justiça, *José Ibraimo Abudo*. — O Ministro do Trabalho, *Guilherme Luís Mavila*.